



ESCRAVIDÃO, LUTA E EDUCAÇÃO: A LITERATURA DE RESISTÊNCIA E O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO¹

Mony Iaslyn Sampaio Luz | UFG | monyiaslyn@discente.ufg.br
Sabrina Luciana Braga | UFG | sabrinaluciana@discente.ufg.br
María José Morales Gámez | UFG | maria_morales@discente.ufg.br

GT 5: Diversidade, equidade e inclusão na EaD

Resumo:

Este trabalho analisa o contexto histórico brasileiro a partir da obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, estabelecendo relações entre a narrativa ficcional e a constituição social e educacional do Brasil. A trajetória da personagem Kehinde permite compreender as marcas da escravidão, da exclusão e das desigualdades estruturais que atravessam a formação da sociedade brasileira. O objetivo do estudo é refletir sobre o papel da educação nesse processo histórico, com enfoque na Educação a Distância (EaD) e suas inter-relações com a sociedade contemporânea. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise interpretativa da obra literária, articulada a autores que discutem educação, desigualdade social e EaD. Os resultados apontam que a educação não deve ser compreendida como instrumento salvacionista, mas como possibilidade de transformação, resistência e ampliação do acesso ao conhecimento, especialmente por meio da EaD, quando orientada por princípios de inclusão, responsabilidade social e qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação a Distância. Escravidão. Desigualdade social. Literatura. Formação histórica.

1 Introdução

Este trabalho é resultado das discussões desenvolvidas na disciplina de História do Brasil 1, no curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal de Goiás e tem como objetivo analisar o contexto histórico brasileiro a partir da obra ficcional *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, buscando compreender como as marcas da desigualdade, da exclusão e das relações de poder atravessam a formação social e educacional do país. Com enfoque na Educação a Distância (EaD), pretende-se discorrer sobre suas inter-relações com a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere às questões de diversidade, equidade e inclusão, compreendendo a importância da educação em sua totalidade, mas também reconhecendo seus limites, como bem pondera Paulo Freire.

A educação, por si só, não transforma estruturalmente a sociedade, mas pode constituir-se como espaço de consciência, resistência e ampliação de possibilidades, sobretudo quando articulada ao compromisso social, à democratização do acesso ao conhecimento e à garantia de uma formação socialmente referenciada. Nessa perspectiva, compreende-se que a qualidade da educação e da EaD não constitui um conceito neutro, mas uma construção social atravessada por diferentes contextos, disputas e concepções de

¹ Utilizou-se o ChatGPT como recurso tecnológico de apoio à revisão textual, especialmente no que se refere à correção gramatical e à adequação linguística. O conteúdo foi posteriormente analisado e validado pelas pesquisadoras, que se responsabilizam integralmente pela redação final do texto, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria n. 2664/2026 do CNPq



educação. Para isso, a metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise interpretativa da obra literária, articulando a narrativa ficcional com autores que discutem educação, desigualdade social, diversidade, equidade, inclusão e Educação a Distância, buscando compreender como esses elementos se relacionam na constituição histórica e social brasileira.

2 Primeiro eixo: Contexto histórico do Brasil

O Brasil colonial estruturou-se com base no trabalho escravizado, inicialmente indígena e, a partir do século XVI, majoritariamente africano, em um sistema marcado pela exploração intensa, condições precárias de vida e concentração de riqueza nas mãos da elite. Esse processo histórico consolidou profundas desigualdades sociais, atravessadas por fatores econômicos, raciais e educacionais, que ainda têm consequências significativas principalmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira (Schwartz, 2001).

Nesse contexto, a educação no Brasil também foi historicamente excludente, subordinada aos interesses da Igreja e da Coroa Portuguesa, sem preocupação com a alfabetização das populações escravizadas. Sua função central era a manutenção da dominação colonial e a imposição da fé cristã, reforçando processos de submissão e aculturação. Posteriormente, mesmo com reformas como as do Marquês de Pombal e as transformações no Império e na República, a educação continuou a reproduzir desigualdades, sendo direcionada às elites e às classes médias, enquanto grande parte da população permanecia à margem (Gadotti, 2003; Ghiraldelli Júnior, 2001; Ribeiro, 1992; Saviani, 2019).

Apesar disso, ao longo do tempo, especialmente no século XX, emergiram resistências e mudanças importantes, como a atuação de associações negras e o fortalecimento de concepções educacionais mais inclusivas. Essas iniciativas, somadas à consolidação de direitos após a Constituição de 1988, contribuíram para ampliar o acesso à educação e promover inclusão social, fortalecendo a luta por igualdade, identidade cultural e cidadania (Ribeiro, 2025).

3 A literatura ficcional e a educação

Nesse ínterim, é válido trazermos para a discussão a obra intitulada *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, que nos apresenta, ao longo de quase mil páginas, a trajetória de Kehinde desde a infância até sua maturidade. Diante de uma vida que se transforma profundamente após a morte de sua mãe e de seu irmão, ela, juntamente com sua irmã gêmea e sua avó, é capturada e traficada pelo oceano Atlântico. Entretanto, mais do que narrar apenas a história de uma africana trazida à força para o continente sul-americano, a autora



revela, de forma detalhada e quase minuciosa, o que significa viver em uma sociedade estruturada pela escravidão.

Diante do horror da violência imposta ao corpo, à mente e à alma, Kehinde nos apresenta a face de uma sociedade marcada pela ausência de diversidade, equidade e inclusão. Um dos momentos mais dolorosos da obra ocorre quando o filho da protagonista é vendido pelo próprio pai como escravo, mesmo sendo uma criança negra livre. Ninguém escapava da lógica perversa dessa sociedade desigual. A partir desse fato ficcional que, na verdade, reflete tantas realidades históricas, observamos que a educação que Kehinde adquiriu enquanto acompanhava o processo de aprendizagem de sua sinhá a diferenciou dos demais ao seu redor. A educação abriu caminhos para sua transformação e para a construção de novas possibilidades de existência, embora não tenha sido suficiente para impedir que seu filho fosse lançado à violência do sistema escravocrata.

Mediante essa reflexão, percebemos que, a partir de uma obra ficcional, emergem elementos que constituem o próprio contexto histórico brasileiro. Mais do que isso, evidencia-se o papel da educação na trajetória da protagonista não como instrumento de salvação, mas como possibilidade de transformação dentro de uma realidade profundamente desigual. A educação não impediu Kehinde de sofrer as violências do regime escravocrata, tampouco rompeu, por si só, com as estruturas de opressão que a cercavam. No entanto, permitiu-lhe acessar outros espaços, ampliar sua compreensão de mundo e construir estratégias de resistência e sobrevivência.

Assim, compreende-se que a educação, mesmo em contextos adversos, pode provocar mudanças significativas, ainda que limitadas pelas condições sociais e históricas. Essa reflexão nos permite avançar para o cenário contemporâneo, no qual a educação continua sendo atravessada por disputas, desafios e possibilidades, especialmente com a consolidação da Educação a Distância (EaD) como uma modalidade que amplia o acesso ao conhecimento e reconfigura as formas de ensinar e aprender, embora também esteja atravessada por disputas em torno de sua concepção, qualidade e função social.

4 O papel da Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) no Brasil possui uma trajetória anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996, marcada por diferentes experiências educativas mediadas por tecnologias e meios de comunicação. Com a esta lei, especialmente em seu art. 80, a modalidade passa a ser regulamentada no país. Quando se discute a qualidade da EaD, essa deve estar pautada em uma perspectiva socialmente referenciada, ou



seja, comprometida não apenas com o acesso à educação, mas também com as dimensões sociais e com a trajetória histórico-cultural dos sujeitos envolvidos (Lima; Alonso, 2019).

A EaD, que durante muito tempo ocupou uma posição secundária na educação superior, passou por um processo de intensificação e expansão em escala internacional, especialmente em decorrência da pandemia de COVID-19. Oliveira e Lima (2022) destacam que esse cenário ampliou disputas em torno de sua regulamentação e de seu domínio, principalmente no que se refere à qualidade dessa modalidade. Entre os pontos mais debatidos estão as condições estruturais de sua oferta e as relações estabelecidas com parcerias público-privadas, uma vez que, segundo os autores, o Estado apresenta a “[...] tendência de atender ao que é dominante em determinado momento” (Oliveira; Lima, 2022, p. 17).

No que se refere às finalidades da EaD, os autores defendem que ela deve estar articulada à perspectiva de uma educação superior inclusiva, pública, gratuita e socialmente referenciada, baseada em parâmetros de qualidade acadêmica e social. Nesse sentido, afirmam a necessidade de uma regulação que favoreça a expansão da educação superior com compromisso social, incluindo a EaD pública e inclusiva (Oliveira; Lima, 2022).

Dessa forma, compreende-se que o objetivo da EaD não é assumir um caráter salvacionista, nem substituir o ensino presencial, mas constituir-se como uma estratégia de democratização do acesso à educação. Trata-se de uma alternativa capaz de contribuir para a superação de barreiras geográficas, sociais e econômicas, ampliando possibilidades formativas para sujeitos historicamente marginalizados e com pouco acesso ao ensino superior.

Assim, a EaD precisa estar vinculada a uma responsabilidade social concreta, utilizando as tecnologias não como um fim em si mesmas, mas como ferramentas articuladas à intencionalidade pedagógica. Quando orientada por princípios de inclusão, equidade e qualidade social, essa modalidade pode favorecer processos educativos mais amplos e significativos, comprometidos não apenas com o acesso, mas também com a formação crítica, cidadã e socialmente situada dos sujeitos.

Para tanto, é imprescindível que a EaD seja sustentada por políticas públicas que assegurem não apenas o ingresso, mas as condições materiais de permanência e inclusão digital desses estudantes.

5 Considerações finais

Por fim, observamos que a trajetória de Kehinde demonstra que a educação não atua como elemento salvador, mas como possibilidade de transformação e resistência dentro de



uma realidade marcada pela desigualdade. Ainda que não tenha rompido com as estruturas da escravidão, o acesso ao conhecimento permitiu à protagonista ampliar suas possibilidades de existência.

Da mesma forma, no cenário contemporâneo, a Educação a Distância (EaD) não deve ser compreendida como solução definitiva para as desigualdades educacionais, mas como possibilidade de ampliação do acesso à educação, articulada à formação crítica, inclusiva e socialmente referenciada. Nesse sentido, o potencial da EaD na promoção da justiça social depende de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades digitais e garantir a permanência estudantil de grupos historicamente excluídos.

Referências

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. Editora Ática, 2003.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. SP: Cortez, 1990, p. 15-35 – Cap. I: A Primeira República.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; ALONSO, Kátia Morosov. Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição. **Eccos Revista Científica**, n. 51, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eccos/n51/1983-9278-eccos-51-e15250.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2026.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; OLIVEIRA, João Ferreira de. As políticas públicas estatais e o campo da educação a distância: disputas e perspectivas em torno da qualidade. **Education Policy Analysis Archives**, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/131675917/2791.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2026.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Los clubes negros como espacios educadores: una contribución a la Historia de la Educación**. *Rev. Bras. Hist. Educ* [online]. 2025, vol.25, e347. Epub 16-Dez-2024. ISSN 2238-0094. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e347>.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: autores associados, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Jussara Simões trad. Bauru, SP: EDUSC, 2001.